

# APRESENTAÇÃO

## Múnus: refazer nexos, coabitar

*Nada há de humano que não exija a comunidade daqueles que o querem. Aquilo que vai longe exige esforços conjugados, que ao menos deem continuidade um ao outro, sem se deter no possível de um só. Se tiver cortado os laços à sua volta, a solidão de um homem é um erro. Uma vida não é mais do que um elo numa corrente. Quero que outros continuem a experiência que antes de mim outros começaram, que se devotem como eu, como outros antes de mim, ao meu desafio: ir até o limite do possível.*

Georges Bataille, 1945<sup>1</sup>

<sup>1</sup>BATAILLE, Georges. *Sobre Nietzsche*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 [1945], p.44.

Este número da revista *Gragoatá* foi concebido pelos organizadores no segundo semestre de 2019. A proposta central era sugerir a recolha de reflexões teórico-críticas sobre os impasses e os desafios associados a uma das questões prementes do contemporâneo: as teorias do comum e as retóricas da comunidade, tal como comparecem em diferentes contextos culturais da língua portuguesa, em que o dado compulsório de uma diversidade estrutural parecia exigir o aprofundamento de respostas analíticas que pudessem enfrentar, de modo rigoroso, uma pergunta inaugural e aparentemente simples: como gerar comunidade em contextos de exclusão de singularidades?

A experiência das tradições coloniais parece ter circunscrito sentidos comunitários a um conjunto de instruções excludentes, forjadas na modernidade e impostas como modelos de desenvolvimento que terminaram por produzir abismos visíveis nas sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, parece ter procurado assimilar, incorporar, unificar formas alternativas de vida que, resilientes, *reexistiram* – para recorrer ao produtivo neologismo proposto por Eduardo Viveiros de Castro<sup>2</sup> em referência às tradições ameríndias – a contextos, digamos, apocalípticos.

Os vetos impostos pela modernidade colonial a formas ancestrais, tradicionais ou pré-modernas de vida parecem ter subjogado, de forma muitas vezes brutal, grupos sociais de variadas matrizes e orientações epistêmicas que, não sendo aderentes às exigências modernas, foram e permanecem alija-

<sup>2</sup>VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Brasil, país do futuro do pretérito*. Rio de Janeiro: N-1 Edições, p. 14. Disponível em: <https://n1edicoes.org/brasil-pais-do-futuro-do-preterito>. Acesso em 21 ago. 2020.

dos do pertencimento mútuo, numa noção integrada de comunidade. Em resumo, a tensa coabitação entre grupos integrados e grupos excluídos das benesses do comum levou à concepção deste número, que traz, como título, *Rastros do comum, coabitação e outras formas de sobrevivência*.

Naquela altura dos acontecimentos, no segundo semestre de 2019, ninguém seria capaz de supor que, ao longo de todo o processo de preparação deste volume, o mundo seria afetado pela pandemia do coronavírus, que viria a escancarar, de forma claríssima e definitiva, os abismos produzidos no interior das comunidades. Em regime de isolamento, muitos de nós pudemos permanecer em casa para evitar a proliferação do contágio; ao mesmo tempo, muitos de nós não tivemos essa alternativa em razão de não reunirmos condições mínimas para a autopreservação. Essas clivagens, de natureza socioeconômica, vieram à superfície e afirmaram a sua evidência adquirindo até mesmo a forma de um senso comum. É da mesma forma claro que esses abismos sempre foram ameaça ao corpo social e político. Neste momento, explicam de forma dramaticamente clara a vulnerabilidade de uma comunidade.

Os grupos tradicionalmente excluídos do comum – seja pela máquina da modernidade, seja pelas hierarquias coloniais – passaram a ser identificados como risco ao organismo maior. Passaram a ser inscritos no cenário social como veículo potencial de transmissão e contágio em massa e a ameaçar não apenas os privilégios, mas a vida dos privilegiados. Muitos países aprovaram auxílios emergenciais à população como forma de assegurar que indivíduos em vulnerabilidade social circulassem em busca de meios de subsistência, transformando-se em potenciais veículos de contágio. O gesto não se configurava, entretanto, como inclusão.

Historicamente, a exclusão de grupos sociais, obviamente indesejada, foi tolerada ao longo de séculos de colonialismo e décadas de neoliberalismo. O manejo de políticas públicas voltadas para a austeridade fiscal e para a necropolítica, as práticas de extermínio e de epistemicídio em espaços mais remotos parecem delinear projetos – e por que não dizer desejo? – de formação de um comum encapsulado, integrado, por dentro, às hegemonias do capital financeiro. Setores radicalizados e “descomunitarizados” de sociedades

vazias chegam a celebrar a exclusão desses grupos de forma caricatural, como a construção de um muro entre países ou como a liberação generalizada de armas que protejam a propriedade privada.

Neste momento tão específico, em que partículas invisíveis de um vírus pouco conhecido ameaçam atravessar, livremente e pelo ar, as fronteiras sociais agora dramaticamente expostas, as respostas foram apresentadas da forma mais clara possível: nem todos estão inscritos na retórica oficial do bem comum. As teorias elaboradas em espaços de incomparável equilíbrio social e os esforços discursivos passaram a incluir, neste novo quadro, o esforço de desnaturalização repentina das desigualdades de oportunidades, das assimetrias de fundo, das hierarquias entre formas de vida e das lógicas desdramatizadas das ideias de convívio, de comunidade e de vivência coletiva; ou seja, revelou-se possivelmente a permanência de lógicas coloniais que “subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo”, para citar Boaventura de Sousa Santos<sup>3</sup>.

É neste quadro de apreensão e perplexidade que o volume *Rastros do comum, coabitação e outras formas de sobrevivência* apresenta um conjunto de respostas qualificadas que, amparadas na capacidade de formulação crítica deste conjunto de autores e autoras, projetam a literatura em um espaço privilegiado de cognição, mediação e de necessária construção de olhares críticos para o comum. Afinal, a literatura talvez possa ser uma instância da linguagem que se abre, necessariamente, para a interrogação, consciente ou não, daquilo que nos liga entre nós, ou o que quer que seja este fenômeno compulsório, este dado que simplesmente aí está, como uma tarefa, como múnus.

Esta tarefa de ser em comum parece materializar-se, parece repousar sobre uma espécie de membrana simbólica feita de significados, símbolos, valores, pressupostos de diferentes naturezas e matrizes, vetores internos que precisam ser constantemente renegociados com a história humana e com as histórias dos homens comuns. Na esteira deste raciocínio, essa membrana é precisamente aquilo que nos liga e, ao mesmo tempo, dá sentido às nossas vidas.

<sup>3</sup>SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos, CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004). Acesso em 21 ago. 2020.

A literatura, prática artística que pressupõe a capacidade de uma imaginação compartilhada – no mínimo entre autor e leitor – põe-nos uma tarefa de fundo: como imaginar juntos? Ou dito de outra forma: como é possível fazer as nossas imaginações dialogar em virtude de um trabalho, sempre incompleto, de representação? Aqui está possivelmente um dos centros de sustentação da necessidade da literatura. Aqui está possivelmente a razão por que as sociedades amam seus autores, seus artistas, seus poetas: porque são eles que liberam a nossa imaginação, a nossa fantasia sobre o real, as nossas sombras coletivas. O escritor português António Lobo Antunes, em sua conhecida crônica “Receita para me lerem”, escreve:

Faulkner, de que já não gosto o que gostava, dizia ter descoberto que escrever é uma muito bela coisa: faz os homens caminharem sobre as patas traseiras e projectarem uma enorme sombra. Peço-lhes que dêem por ela, compreendam que vos pertence e, além de compreenderem que vos pertence, é o que pode, no melhor dos casos, dar nexo à vossa vida<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> ANTUNES, António Lobo. Receita para me lerem. In: \_\_\_\_\_. *Segundo livro de crônicas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote: 2002, p. 109-111.

Essa “enorme sombra”, esse trabalho permanentemente provisório da imaginação do real, parece ser o permanente canteiro de obras da literatura. Aqui estamos todos, escritores, poetas, leitores, buscando “nexo” para as nossas vidas. Para as nossas vidas individuais, certamente; mas também para a nossa vida coletiva, social, para a nossa vida *com*.

A palavra *nexo*, em sentido amplo, remete precisamente para a união entre dois ou mais elementos, apontando ainda para um campo que reúne os sentidos de junção e vínculo, agregando ideias ou mesmo acontecimentos. Essa definição preliminar aponta para o fato de que o *nexo* é a ligação, sendo então, ao mesmo tempo, aquilo que liga e aquilo que produz sentido. Nessa ligação, a membrana invisível, mas orgânica, que nos compõe e, ao mesmo tempo, nos faz coabitar como contemporâneos, é o mínimo que nos cabe aceitar.

Ao abrigo deste universo temático, teremos a oportunidade de conhecer oito ensaios e três resenhas que, aqui reunidos, focalizam preocupações com as permanentes negociações e renegociações dos nexos e do múnus da comunidade. São trabalhos de pesquisadores com atuação em nove instituições de ensino e pesquisa que se viram provocados pelo tema

proposto para o presente número e que contribuíram, com base em suas pesquisas individuais ou coletivas, para esta realização.

Abre-se esse número da revista *Gragoatá* com o artigo “Espaço fictício, comunidade alheada e situação-limite em narrativas de língua portuguesa”, de Nazir Ahmed Can, que se dedica a examinar a relação entre espaço fictício e comunidade alheada com a leitura do romance *Biografia do língua* (2015), do caboverdiano Mário Lúcio Sousa; da novela *O assobiador* (2002), do angolano Ondjaki, e do romance *Campo de trânsito* (2007), do moçambicano João Paulo Borges Coelho, para considerar que “qualquer alternativa identitária requer um entendimento mútuo e que a reciprocidade é inconcebível se antes não houver um horizonte de partilha do espaço”.

Em seguida, os leitores são convidados a conhecer o artigo “Língua comum indecifrada: Grace Passô, Adília Lopes”, de Helena Martins, que demonstrará, com o seu trabalho, que “ao traduzirem o comum, Grace Passô e Adília Lopes ‘catastrofizam-no’, atingindo modos arraigados com que nos habituamos a opor o dentro e o fora das línguas, das comunidades, dos corpos”.

Logo a seguir, percorreremos o artigo “Testemunhos em fragmentos: memórias do colonialismo português na peça *Amores Pós-Coloniais*”, de Roberta Guimarães Franco, que discute a construção da peça *Amores pós-coloniais*, encenada em Lisboa, que tem por origem “testemunhos sobre o recente período colonial português e seus desdobramentos após o processo de descolonização, evidenciando os fragmentos como um ‘lugar’ possível para o emergir das memórias ainda silenciadas na sociedade de forma geral”.

O professor Jorge Vicente Valentim, em seu artigo “A produção ficcional de mulheres escritoras na década de 1960 em Portugal: incorporações e recusas”, retoma argumentos importantes sobre “a produção ficcional de autoria feminina em Portugal, na década de 1960, a partir do viés analítico dos contatos estabelecidos com ecos da política vigente do Estado Novo Salazarista”. Ao considerar as “muitas ressonâncias e continuidades do cariz social neo-realista (sic) ainda [...] presentidas”, Valentim põe-se a “refletir sobre algumas tendências desses possíveis diálogos, ora num gesto de apropriação e, conseqüentemente, de aproximação ao

discurso estadonovista, ora de recusa deste, com um intuito de resistência e sobrevivência dessas autoras num cenário político de exceção e censura”.

A seguir, os leitores encontram o artigo “Translúcidos e escancarados: corpos de barro e de sonhos em Ondjaki e Chiziane”, de Imara Bemfica Mineiro, que identifica a “necessidade de descolonizar o imaginário” e, nesta direção, investe nas epistemologias africanas e sul-americanas, passando a acolher “perspectivas diversas, [que] reúnem sementes de saberes outros, capazes de abrir saídas, encontrar fissuras e evidenciar brechas na estrutura naturalizada do sistema-mundo antropocêntrico, etnocêntrico, patriarcal, moderno e colonial que experienciamos”.

Carolina Anglada de Rezende, em seu artigo “O apocalipse revisto por Deus-Dará”, propõe uma “resposta à provocação” da escritora Alexandra Lucas Coelho, em seu livro *Deus-dará* (2019), que “revisita os lugares de nossa formação [brasileira], revisando, sobretudo, os trânsitos que nos constituíram do ponto de vista da movência, dos jogos de linguagem e do fenômeno da simultaneidade, que tornam indecível criação e destruição, ordem e desordem, fato e valor”.

No artigo “Da sobrevivência das imagens como fantasma: uma leitura de *A ocupação*, de Julián Fuks”, Paulo Eduardo Benites de Moraes, ao evocar os aportes teóricos oferecidos por Aby Warburg, Georges Didi-Huberman e Jacques Derrida, investiga “as imagens de resistência às formas de violência no romance *A ocupação* (2019), de Julián Fuks, que mescla três narrativas concomitantes, cujas experiências das personagens apresentam diversos sentidos de ocupação e resistência”. Encerrando esse grupo, o artigo “Línguas e outros mecanismos: uma leitura descolonial sobre os códigos da modernidade”, de Edgar César Nolasco e Tiago Osiro Linhar, “propõe uma leitura descolonial acerca da função das línguas modernas na consolidação de paradigmas eurocêntricos impostos ao mundo”. Desse modo, recorrendo a uma “teorização da crítica biográfica fronteiriça”, partem de “impressões” sobre a língua portuguesa falada em espaço de fronteira.

A partir deste momento, o número celebra textos recentemente publicados, reunindo resenhas estreitamente sintonizadas com as preocupações do dossiê.

Abre-se a sequência de resenhas com o trabalho “Em diálogo...”, de Eduardo Coutinho, que dialoga com o livro *Literatura comparada e literatura brasileira: circulações e representações*, de José Luís Jobim. Ao comentar o livro publicado em 2020 pela Editora da Universidade Federal de Roraima, em conjunto com as Edições Makunaima, Coutinho destaca a centralidade que adquire na obra a questão da circulação literária e cultural, com especial interesse pelo argumento de que a “discussão sobre questões teóricas que envolvem a circulação e que se referem à sua temporalidade, aos seus modos de existir, aos seus lugares, bem como aos objetos materiais e aos conceitos envolvidos nela”, desenvolvido por Jobim. Este aspecto torna-se muito relevante, se considerados as condições atuais da globalização e o reconhecimento “das contribuições trazidas pela Estética da Recepção, que chamaram atenção para a figura do leitor e para a relação da obra com os seus contextos de produção e recepção”. Assim, Coutinho sublinha a discussão feita pelo autor ao sintetizar como “teorias da falta” e “teorias da aclimatação” os dois principais percursos da Literatura Comparada no Brasil e nos países da América Hispânica. Também destaca sua reflexão acerca da importância do estabelecimento de uma “geopolítica do olhar” que “permita [ao estudioso da literatura] uma percepção menos nebulosa entre o seu próprio foco e a figura do outro”.

Maurício Silva, a seguir, apresenta uma resenha de *Escrever sem escrever: literatura e apropriação no século XXI*, livro publicado por Leonardo Villa-Forte, em 2019, em que aponta a “contemporaneidade” como espaço-tempo privilegiado na instauração de “procedimentos inusitados de escritura/reescritura da linguagem literária, como é o caso da *literatura de apropriação*”, que vêm aprofundar o universo de possibilidades narrativas como a “versatilidade, que se traduz em tendências, processos, estratégias e sistemas os mais variados possível”.

A fechar este número da *Gragoatá*, Eloiza Gurgel Pires propõe uma resenha de *Nó em pingo d’água: sobrevivência, cultura e linguagem*, obra que “reúne artigos de autores que enfatizam não só as culturas de sobrevivência, mas também

as escritas, letramentos, as histórias e testemunhos de sobrevivências”, com o trabalho colaborativo dos linguistas Daniel Silva e Adriana Lopes e da antropóloga Adriana Facina.

Resta-nos agora desejar a leitores e leitoras do presente número da Gragoatá uma excelente experiência de leitura do conjunto de ensaios que se prendem por um eixo temático instigante, desafiador e contemporâneo. Certamente não haverá respostas definitivas nem temas exauridos. Antes, talvez possamos dizer que há uma estratégia ou uma visão do presente.

No momento em que as hegemonias técnico-científicas parecem não identificar saídas possíveis para as crises do contemporâneo, propõe-se aqui um giro interpretativo.

O redimensionamento de questões coloniais e de suas específicas formas de permanência - a sobrevivência de uma mentalidade colonial, a manutenção de assimetrias de fundo, as tensões étnicas e culturais em oposição às lógicas de unidade comunitária - permite desenvolver leituras e interpretações alternativas que, em sentido mais amplo, apontam para o potencial de inovação dos textos aqui reunidos. A proposta de uma travessia pelas experiências e projeções artístico-literárias que as diferentes culturas e lugares fermentaram nos planos imaginários e simbólicos da língua portuguesa destaca um conjunto de inovações críticas, teóricas e metodológicas que emergem do encontro entre as humanidades e as ciências sociais.

Neste momento em que as hegemonias econômicas globais se encontram em acirrada disputa, que evidenciam a permanência das lógicas e das práticas milenares do império, o tratamento dos desafios e dos impasses do comum, com base em produções literárias e intelectuais do Norte e do Sul global, torna-se mais do que oportuno, torna-se algo urgente.

Alexandre Montauray  
Silvio Renato Jorge  
*Organizadores*